



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6185

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Celebração de convênios, termos de cooperação e aditivos

Autoria: Executivo Municipal

Data: 11/04/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 46/2006. Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros.

Controle Interno – Caixa: 2.1

Posição: 02

Número de folhas: 05

Espécie: PL
Categoria: Convênio
Cr: 2.1
Ordem: 02
nº fls: 03



46/2006

18.04.2006

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio com
Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros/MG.

MOVIMENTO

Entrada em - 11/04/2006

1 - Comissão Legislação e Justiça

2 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA

3 - EM 18.04.2006.

4 -

5 -

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



Prefeitura de Montes Claros - MG



Procuradoria Geral

PROJETO DE LEI Nº _____/2006.

*Deemissão
em 11-04-06
Zairinho*

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM ASSOCIAÇÃO MANTENEDORA DA GUARDA MIRIM DE MONTES CLAROS/MG.

O Povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Convênio com a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros/MG, objetivando a conjugação de esforços para manutenção da operacionalização da referida associação, através da viabilização da locação do imóvel sede.

Art. 2º. O Convênio de que trata esta Lei terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Montes Claros, 05 de abril de 2006.


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

É SUSPESA

EM 14 DE ABRIL DE 2006



PRESIDENTE

É legal e constitucional.
 Cearns/Paraná - 18.04.06.
 A. Silveira 180406

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

APROVADO EM DISCUSSÃO POR

REGIME DE URGÊNCIA

EM 18 DE ABRIL DE 2006

 PRESIDENTE



Prefeitura de Montes Claros - MG



Procuradoria Geral

Montes Claros, 05 de abril de 2006.

Ofício nº: PJ/031/2006
Assunto: Projeto de Lei
Serviços: Procuradoria Jurídica

Senhor Presidente;

Temos a honra de encaminhar a V. Exa. o incluso Projeto de Lei com o qual pretendemos celebrar Convênio com a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros/MG, objetivando a conjugação de esforços para manutenção da operacionalização da referida associação, através da viabilização da locação do imóvel sede.

O Convênio de que trata a Lei em apreço terá o prazo de vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Na certeza de que o presente Projeto de Lei é relevante, acreditamos que V. Exa e os seus pares certamente o aprovarão na íntegra.

Neste ensejo, renovamos ao nobre Presidente e aos demais ilustres vereadores nossos protestos de estima e distinta consideração.

Cordialmente,


Athos Avelino Pereira
Prefeito Municipal

Exmo. Sr. Sebastião Ildeu Maia
DD. Presidente da Câmara Municipal
Nesta.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Associação Mantenedora da Guarda Mirim de Montes Claros.”, de autoria do Executivo Municipal.

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A competência para a solicitação de autorização para a celebração de convênio com o repasse de recursos financeiros é de iniciativa do Executivo Municipal.

Não se vislumbra nenhuma ilegalidade tanto no convênio quanto no objetivo do mesmo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 12 de abril de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605